



Sindicato dos Trabalhadores da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

SEDE: R. António Girão 91-1º

Telef. 29917---SETÚBAL

COMUNICADO Nº 10/81

25/3/81

A T O D O S O S T R A B A L H A D O R E S

AS NEGOCIAÇÕES COM O GOVERNO REFERENTES ÀS REIVINDICAÇÕES COMUNS PARA A FUNÇÃO PÚBLICA ESTÃO A CHEGAR À ROTURA!

OS SINDICATOS, CONFIADOS NA FIRMEZA DE TODOS, NÃO CEDERÃO!

PARTE PRIMEIRA

A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO

Na quinta-feira passada o Governo, por intermédio da Directora-Geral da Função Pública, apresentou a sua proposta salarial, que os jornais já difundiram largamente e nos dispensamos de reproduzir, por isso e porque ela é tão má que foi imediatamente rejeitada pelos Sindicatos.

Foi então, pedida aos Sindicatos a apresentação de uma contraproposta.

Embora considerássemos que a nossa proposta inicial era justa e coerente, os Sindicatos da FESAP, em reunião plenária, decidiram apresentar realmente a seguinte contraproposta:

- 1- Que os aumentos futuros sejam feitos a partir de 1 de Janeiro para o que o Governo apresentará na Assembleia da República uma proposta de lei;
- 2- Que o Governo assegure uma 2ª revisão salarial para o corrente ano na Administração Pública, caso a inflação em 1981 venha a mostrar estar a afastar-se dos 16%;
- 3- Admitir, como máxima cedência, a redução da tabela salarial de acordo com as máximas previsões de inflação, quer dizer, baixando 3,4% em todas as categorias (20% - 16,6%), o que dá:

DIUTURNIDADES: 900\$00

(18%) A- 40 600\$	E- 28 400\$	I- 22 200\$	M-16 700\$	Q-14 200\$
B- 38 000\$	F- 26 500\$	J- 19 900\$	N-16 200\$	R-13 500\$
C- 35 100\$	G- 25 100\$	K- 18 800\$	O-15 400\$	S-12 900\$
D- 31 700\$	H- 23 100\$	L- 17 600\$	P-14 800\$	T-12 200\$
				U-11 600\$ 22;

- 4- Que o Imposto Complementar só seja pago em 1982 se no corrente ano forem aumentados os vencimentos com verba correspondente à do paga

- mento, e após acerto do montante com os Sindicatos;
- 5- Que se mantenham em vigor as isenções no Imposto Profissional;
 - 6- Que a eventual revisão do desconto da ADSE só seja feita após discussão com a FESAP do nosso caderno reivindicativo, na parte respeitante;
 - 7- Garantia que a revisão do subsídio de refeição será feita no prazo máximo de um ano após a última revisão;
 - 8- Não admissão prévia de qualquer congelamento de acessórias.

PARTE SEGUNDA

Entretanto temos que nos dispor para a luta. E esta tem de ser feita com intiligência e com firmeza. Quando todo um povo quer pode. E nós temos que mostrar que queremos. Se não conseguíssemos os nossos objectivos só nos poderíamos queixar de nós.

Considerando que a situação é suficientemente grave para que se aliem divisões que só favorecem os desígnios governamentais, a FESAP endereçou convite à Frente Comam para a criação de uma Comissão de luta unitária. Esperamos e desejamos que a proposta apresentada seja acolhida com tanta franqueza e desejo de conciliação quanta a que foi apresentada. E que ao Governo se apresente uma oposição monolítica aos seus desejos de prejudicar a Função Pública.

O nosso Sindicato vai-se também preparando para a luta. Estão a ser recebidas as votações em bom ritmo e já não temos dúvidas quanto ao resultado delas. Como sempre o pessoal das Contribuições e Impostos está disposto a dar resposta certa a quem nos tenha prejudicar.

E esperamos que, se a hora da luta vier, mesmo aqueles que votam agora em sentido contrário, respeitem a vontade da maioria e a ela se unam, para que depois não haja acusações de oportunismo. Haverá alguém que o queira ser? Esperamos que, desta vez, não haja um só!

Para estarmos preparados para a acção a qualquer momento, decidiu a Direcção antecipar a data da Assembleia Geral para dia 31.

As reuniões de esclarecimento têm sido feitas em bom ritmo, e a última pelo seu significado convém que aqui fique marcada. Foi na passada 5ª feira dia 19 no átrio do edificio do Imposto Complementar em Lisboa, reunião convocada pelos delegados Sindicais do Sindicato da Função Pública. Estavam presentes, além destes, dois membros da direcção do nosso Sindicato e dois do Sindicato Trabalhadores Função Pública Zona Sul.

A reunião decorreu com os trabalhadores presentes a mostrar grande empenho pelo entendimento das duas direcções sindicais presentes. Ambas se disseram abertas a contactos mas desta vez não se ficou só por palavras e passou-se a actos. Das propostas aprovadas, apresentadas pelos delegados sindicais, sobressai uma, aprovada por unanimidade, da imediata eleição de uma comissão de traba-

lhadores para o edifício, constituída por trabalhadores sindicalizados no Sindicato das Contribuições e Impostos, Sindicato Função Pública Zona Sul e descindicalizados. Tendo os membros das duas direcções sindicais presentes concordado com a proposta; esperamos que esta forma de unidade de base seja o embrião de um entendimento sã e efectivo.

Assim esperamos do Sindicato Função Pública Zona Sul.

PARTE TERCEIRA

Situação positiva é a que se verifica com a colocação dos liquidadores tributários, prosseguindo os trabalhos em ritmo acelerado. Segundo as informações obtidas na Direcção-Geral esta primeira fase deverá comportar mais pessoas do que aquelas que se pensou ao princípio, devendo, para já, ser colocados entre 1800 a 1900 colegas.

Neste momento já se torna impossível à Direcção-Geral atender a quaisquer pedidos de alteração ao que os colegas pediram. Mas chamamos a atenção para o facto de que quem não fôr colocado ou transferido agora deve aproveitar o período de 1 a 10 de Abril para formular o seu pedido, porque a segunda vaga não levará muito tempo.

Quanto aos outros assuntos pendentes é que nada há a noticiar. Esperamos que após o CGE possamos travar as conversações há tanto pedidas e a que o Governo se escusa constantemente.

ÚLTIMA HORA

A seguir transcrevemos a proposta da FESAP aos Sindicatos agrupados na Frente Comum de Sindicatos da Função Pública:

Clientes a situação extremamente grave, para os trabalhadores da Administração Pública, resultante das posições que o Governo tem assumido quanto às reivindicações com incidência económica para o corrente ano, a FESAP vem propor-vos:

- 1- A constituição de uma comissão de luta comum destinada a propôr, por consenso entre ambas as frentes, as medidas a adoptar em defesa dos interesses de todos os trabalhadores do sector.
- 2- Tal comissão visaria em exclusivo a preparação de acções de luta coincidentes e com a concentração dos nossos esforços, sem prejudicar a total autonomia das duas frentes sindicais relativamente ao conteúdo das suas propostas reivindicativas e à respectiva negociação.
- 3- A FESAP considera, desde já, que, caso as posições do Governo não se modifiquem substancialmente até ao fim da semana em curso, deverão adoptar-se as seguintes formas de luta:

- a) Uma greve de 24 horas a realizar já na próxima semana;
- b) A preparação cuidada de GREVES SECTORIAIS, a realizar depois daquela, tendo em vista a paralização POR TEMPO PROLONGADO de um número reduzido de trabalhadores, de sectores vitais, suportando os Sindicatos, com o apoio dos restantes trabalhadores, as respectivas perdas de vencimento.
- 4- Salvaguarda-se a nossa total disponibilidade para, no âmbito da Comissão de luta, analisarmos quaisquer outras formas de luta, para além das hipóteses referidas no ponto 3.

É para isto que estamos nesta Frente (FESAP). É isto que esperamos das 2 Frentes - Unir os trabalhadores da Função Pública para lhes defender os interesses, como é seu dever.

É isto também que esperamos seja compreendido pela Frente Comum da Função Pública.

S Ó U N I D O S V E N C E R E M O S

Saudações Sindicais

A DIRECÇÃO,

João Correia
Haritasto

